

Reforma universitária em debate

Tarso Genro

O Liberal do Pará – 06/12/2004

A universidade está no centro dos debates que o governo federal vem promovendo com o conjunto da sociedade brasileira desde o começo do ano. O objetivo é definir diretrizes e estabelecer normas para compor a Lei Orgânica da Educação Superior. A sociedade está participando ativamente de conferências, debates, oitivas e seminários que não se limitem às comunidades acadêmicas e científicas. A discussão inclui instituições empresariais, de trabalhadores e movimentos sociais e do campo, totalizando mais de 240 entidades que já foram ouvidas e outras mais ainda que serão integradas aos debates.

Por entenderem que a educação é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso país e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária, todos os atores desta importante discussão, estão concentrados em formular propostas que podem ser lidas no sítio da reforma universitária www.mec.gov.br/reforma.

A universidade tem um papel estratégico na construção de um novo projeto de desenvolvimento, que componha um quadro de crescimento sustentável com justiça social. Esta realidade move o governo federal a optar pela valorização da universidade pública e defesa da educação como um direito de todos os brasileiros. E com uma razão histórica: o processo de formação da Nação brasileira teve sucessivas interrupções, o que evidencia que um projeto de recuperação e de melhora substancial do ensino superior necessita levar em consideração esta questão, bem como a necessidade imperiosa do desenvolvimento regional e a importância de gerarmos conhecimento para reposicionarmos nossa base industrial, agregando valor à nossa produção e alavancando, do ponto de vista econômico e social, este projeto nacional.

Emergencial e dinâmico, o debate sobre a reforma da educação superior já aponta reflexos positivos neste contexto. Ao reunir mais de 50 reitores de universidades federais, no mês passado, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou que sejam dados os primeiros passos no sentido de oferecer mais autonomia às universidades. Com o cumprimento desta determinação, as instituições federais de ensino superior terão maleabilidade para gerir os seus recursos e para se articular com a sociedade civil, com a iniciativa privada e com o mundo do trabalho de maneira ágil e rápida.

Outra meta é criar novas instituições federais de ensino superior e novos pólos e abrir 400 mil novas matrículas em quatro anos nas universidades federais. Com este reforço, estaremos, ainda, aumentando os recursos e investimentos em pesquisa e extensão, no rumo de uma educação de mais qualidade.

Tarso Genro, 57, advogado, é o ministro da Educação. Foi ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003).